

I SEMINÁRIO NACIONAL DAS COMISSÕES TÉCNICAS TRIPARTITES

Construindo a Gestão Ambiental Compartilhada

Com o objetivo de avaliar o processo de desenvolvimento das Comissões Técnicas Tripartites, foi realizado nos dias 29 e 30 de agosto, em São Paulo, o Primeiro Seminário Nacional das Comissões Técnicas Tripartites. O encontro faz parte da estratégia de articulação e fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente -SISNAMA e buscou avaliar e identificar as dificuldades enfrentadas e os principais avanços do processo.

Além de proporcionar a troca de experiências entre os três entes federados, considerando as peculiaridades regionais, o seminário também teve por objetivo garantir a continuidade da articulação dessas comissões nos próximos anos, debatendo propostas para aperfeiçoar a construção da gestão compartilhada, como a capacitação e estruturação dos municípios para assumirem de fato a gestão ambiental.

Participaram do Seminário membros das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais – CTTEs e a Bipartite do Distrito Federal, membros da Comissão Tripartite Nacional, dirigentes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

O evento aconteceu na véspera das comemorações de aniversário de 25 anos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, durante a 48ª Reunião Extraordinária daquele Conselho, consolidando um dos objetivos das Comissões Tripartites: "diálogo entre os entes federados com vistas à gestão ambiental compartilhada entre União, Estados e Municípios, bem como o fortalecimento SISNAMA".

Abertura

A abertura do evento ocorreu às 17 horas do dia 29 de agosto de 2006, cuja mesa contou com a participação do representante do Governo de São Paulo – Fredmar Corrêa/CETESB, do Secretário Executivo do MMA - Cláudio Langone, do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás - Semarh/GO – José de Paula Moraes Filho, representando a ABEMA, do Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória/ES - Antonio Tarcisio Mello, representando a ANAMMA.

O representante do Governo de São Paulo, Fredmar Corrêa, fez uma reflexão sobre o papel das Comissões Tripartites e ressaltou que São Paulo está trabalhando para que os municípios criem condições para o desenvolvimento do estado com qualidade de vida.

O secretário Executivo do MMA, Cláudio Langone, falou sobre o “Fortalecimento do SISNAMA e o papel das Comissões Tripartites na Política Nacional do Meio Ambiente”, fazendo referência à importância da realização do seminário – momento de reflexão. Destacou avanços na Política Nacional de Meio Ambiente, mesmo considerando pendências como a regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal e do

Projeto de Lei da Mata Atlântica. Citou um novo ciclo ambiental no Brasil: a inserção da questão ambiental no planejamento – desafio de enfrentamento da agenda do desenvolvimento, deixando de pensar em curto prazo e utilizando instrumentos estratégicos de gestão como Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica, Zoneamento Ecológico, ICMS Ecológico, de forma que a área ambiental não seja responsabilizada como entrave do desenvolvimento. Fez referência à utilização da AAE no PPA e à necessidade de criar capacidade para utilização desse instrumento. Informou sobre a realização do Seminário Latino Americano de Avaliação Ambiental Estratégica, no período de 28 a 30 de agosto, em Brasília, com a participação de 14 países trazendo experiências no processo de implementação da AAE, e dos ministérios do Meio Ambiente, dos Transportes, Minas e Energia, Turismo e do Planejamento.

Quanto ao papel das Comissões Tripartites destacou que, apesar de diferenças e divergências políticas, está consolidada a dinâmica de diálogo entre os três entes federados por meio dessas Comissões, condição fundamental para implementação de instrumentos como o Sistema Nacional de Informações de Meio Ambiente (SINIMA) – lançamento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, e para dar cidadania aos municípios com protagonismo na gestão ambiental. Citou a importância do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais na descentralização da gestão ambiental – o PNC pode conseguir conseqüências muito mais significativas do que já conseguimos até agora, ressaltando o importante apoio da ANAMMA e de Federações e Associações de Prefeitos nesse processo. Enfatizou que é por meio do diálogo com prefeitos que se conseguirá estruturar os municípios na área ambiental. Fez uma reflexão sobre as coordenações das Comissões na transição de governos, em função das eleições, expressando que seria desejável que os municípios as coordenassem nesse período, de forma a dar continuidade à agenda pactuada.

Lançou dois pontos para reflexão:

- ◇ Hora de “normatizar” as Comissões Técnicas Tripartites como instâncias institucionais, considerando o grau de avanço e acúmulo, sem perder o princípio do consenso; e
- ◇ Reconhecimento da importância das Comissões Tripartites, estendendo o diálogo com outros atores, como Ministérios Públicos, ONGs, Setor Empresarial, por meio de reuniões extraordinárias, de forma a facilitar discussões de questões como a tipificação de empreendimentos considerado de impacto local e critérios para municípios exercerem o licenciamento ambiental.

Ao final sugeriu temas para compor uma agenda positiva das Comissões Tripartites:

- ◇ Tipificação de empreendimentos e atividades de impacto local;
- ◇ Mecanismos de “Financiamento do Sistema” (Compensação Ambiental; TCFA; IE - lei de incentivo IR ecológico);
- ◇ Rede Nacional de Conselhos de Meio Ambiente;
- ◇ Rede de Agendas 21 Locais;
- ◇ Rede Nacional de Fundos Sócioambientais;
- ◇ Coletivos Educadores;
- ◇ Municípios Educadores Sustentáveis.

O representante da ANAMMA fez uma avaliação da participação dos municípios, destacando duas fases: (i) a que os municípios não eram chamados a participar das discussões; e (ii) a que eram demandados, e por uma questão cultural, em muitos momentos não respondiam. Enfatizou que o ponto de chegada para alcançar os municípios são as associações de municípios. Entende que a Comissão Tripartite se revela cada vez mais um espaço onde várias questões pendentes se resolvem – papel relevante na consolidação do SISNAMA, contribuindo com os municípios na gestão ambiental e implementando a Política Ambiental. Ressaltou que a falta de capacidade dos municípios não pode impedi-los de assumir suas responsabilidades, uma vez que podem ser estabelecidas parcerias para a gestão ambiental.

O representante da ABEMA comentou sobre as Comissões Tripartites como espaço ideal para resolução de conflitos e no papel de fortalecer o entendimento institucional. Ressaltou que há necessidade de criar uma agenda positiva entre os entes que compõem as comissões e entre os conselhos de meio ambiente. Cumprimentou o MMA pela iniciativa de realizar esse seminário – oportunidade de se conhecer os componentes das Comissões Técnicas Tripartite e trocar experiências.

O segundo dia do seminário foi aberto com o painel **“Avaliações Setoriais da Implementação e operacionalização das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais”**, cuja mesa foi composta por representantes da ABEMA, ANAMMA e MMA.

O representante da ANAMMA, Antonio Tarcisio Mello, fez uma apresentação sobre o desenvolvimento da Comissão Tripartite no Estado de Espírito Santo, ressaltando a importância dessas Comissões na gestão ambiental e na consolidação do SISNAMA e destacando a necessidade de comprometimento dos três entes federados para que as Comissões Tripartites funcionem e se tornem realidade. Citou que no seu Estado os trabalhos da comissão têm se dado a partir de uma pauta previamente definida por consenso e conta com a participação do órgão estadual de meio ambiente, da ANAMMA, do IBAMA, da Associação de Municípios e do órgão florestal, e que em determinadas reuniões, em função da pauta, empreendedores são convidados a participar das discussões. As principais ações empreendidas foram a elaboração do Projeto para o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e a validação do Estudo de Municipalização do Processo de Licenciamento Ambiental. Lembrou da importância do envolvimento dos prefeitos por meio da Associação dos Municípios. Como reflexão, listou alguns fatores “Facilitadores” e outros “Limitantes” no processo de construção das Comissões:

- ◇ Capacidade de interação entre as 3 esferas de governo;
- ◇ Capacidade de articulação dos coordenadores das CT com os demais órgãos envolvidos;
- ◇ Apoio do Governante Municipal, do Governo Estadual e do ente Federal no Estado (IBAMA).

Manifestou preocupação com a mudança de governos estaduais e federal e conseqüentemente de gestores ambientais e seus representantes nas Comissões Tripartites, reforçando a necessidade de articulação nesse período de transição.

Sugeriu que o MMA realize reunião com dirigentes Estaduais, IBAMA e ANAMMA sobre o papel e a importância das Comissões Tripartites, que atue como mediador de conflitos e que promova ações para integração e troca de experiências.

A presidente da ABEMA, Alexandrina Sobreira, em sua avaliação citou a importância da realização do seminário com o objetivo de propor uma agenda positiva. Relatou o levantamento realizado pela ABEMA sobre a percepção da esfera estadual em relação ao funcionamento das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais – texto constante do Relatório ABEMA referente ao período de Julho de 2005 a Junho de 2006 daquela Associação, cujo resultado indica que os estados consideram incipiente a atuação das Comissões. Lembrou que essas Comissões são espaços de concertação e de consenso. Externou a preocupação da ABEMA no que refere às competências comuns e específicas, sugerindo que sejam discutidas e definidas nos CONSE-MAs. Propôs uma rearticulação e a construção de uma agenda positiva.

O representante do MMA, Eugênio Spengler, apresentou o “Balaço da Implementação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais e seus Resultados”, lembrando as diretrizes do MMA (Desenvolvimento Sustentável; Participação e Controle Social; Transversalidade; e Fortalecimento do SISNAMA), a agenda da Comissão Tripartite Nacional (Estruturação do SINIMA; Regulamentação do Artigo 23 da CF; Desdobramento da Resolução 237 do CONAMA; Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais; Fortalecimento da Comissão Tripartite Nacional e criação e estruturação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais); o processo de criação e implementação dessas Comissões; e o Estado da Arte das mesmas:

- ◇ As CTTEs estão criadas em todos os Estados e a Bipartite no Distrito Federal desde dezembro de 2005;
- ◇ Em 16 Estados são realizadas reuniões regulares;
- ◇ Em 09 Estados as Comissões tiveram agendas de discussão menos intensas;
- ◇ Em 2 Estados foram criadas, mas não instaladas.

Destacou os principais temas discutidos nas CTTEs:

- ◇ Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (17 Estados discutiram e foram assinados 12 convênios);
- ◇ Gestão Florestal;
- ◇ Licenciamento Ambiental;
- ◇ Tipificação – Desdobramento da Resolução 237 do CONAMA.

Fez, também, um relato sobre as dificuldades do processo:

- ◇ Capacidade do MMA em acompanhar as reuniões das CTTEs - destacando que em 2005, particularmente, a articulação com as CTTEs ficou prejudicada em função da posse dos novos prefeitos, e conseqüente mudança dos representantes dos órgãos municipais; e também pela preparação da II Conferência Nacional do Meio Ambiente;
- ◇ Problemas políticos locais;
- ◇ Baixa capacidade de diálogo sobre o Pacto Federativo;
- ◇ Disputas de competência sobre a Gestão Ambiental;
- ◇ Alta rotatividade dos membros das CTTEs;
- ◇ Ausência de agenda prioritária em CTTEs;
- ◇ Pouca compreensão sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;

- ◇ Baixa articulação entre as CTTEs

Ao final lançou alguns desafios:

- ◇ Consolidar o funcionamento das CTTEs, por meio de uma agenda positiva e propositiva;
- ◇ Aperfeiçoar os canais de diálogo e interação das CTTEs;
- ◇ Consolidar o processo de rotatividade das coordenações das CTTEs;
- ◇ Organizar as Secretarias Executivas das CTTEs;
- ◇ Identificação de temas prioritários que garantam a continuidade dos trabalhos das Comissões nos próximos anos;
- ◇ Consolidar as Comissões Tripartites como instâncias institucionais permanentes, aperfeiçoando suas atribuições.

Iniciados os **Debates**, membros das Comissões Tripartites dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins relataram a situação das CTTEs em seus estados e apresentaram sugestões.

Relatos, considerações e Sugestões registrados durante os debates:

- ◇ Questionamentos, principalmente de Ministérios Públicos, sobre a competência dos municípios executarem o licenciamento ambiental - por falta de amparo de Lei Federal.
- ◇ Não existe necessidade de convênio para municípios licenciarem - há quase dez anos a Resolução CONAMA no 237, estabeleceu que compete aos municípios o licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto local. Os estados pactuaram a resolução, em 1997, porém não a reconhecem e não a aplicam.
- ◇ Fragilidade dos municípios requer ações concretas.
- ◇ Definição do Artigo 23 é urgente para o Pacto Federalista.
- ◇ Apoio ao novo encaminhamento do Projeto de Lei Complementar para regulamentação do Art. 23 da CF.
- ◇ Necessidade da municipalização é evidente, e deve ser discutido no âmbito da tripartite.
- ◇ O desafio é que municípios adquiram capacidade para a gestão ambiental.
- ◇ Empenho em dar continuidade à implementação das CTTEs e à articulação dessas com a CTN.
- ◇ Questões pontuais “poluem” as CTTEs, mas estão sendo superadas.
- ◇ Conflitos de entendimentos sobre o papel das CTTEs (articulação política) e os Conselhos de Meio Ambiente.
- ◇ Necessidade dos diferentes órgãos entenderem o papel das CTTE's para não haver embate com outros órgãos e instâncias nos estados.
- ◇ Temas discutidos no Conselho, deveriam estar sendo discutidos nas tripartites.

- ◇ Tripartite tem que ter pauta estratégica especialmente sobre Licenciamento Ambiental.
- ◇ CTTEs são fóruns adequados para o debate sobre a tipificação.
- ◇ A tipificação e os critérios para municípios exercerem o licenciamento ambiental são temas que devem constar da agenda das CTTEs.
- ◇ Realização de seminários e reuniões técnicas para discussão sobre tipificação. Em alguns estados já estão acontecendo.
- ◇ Comissões Tripartites discutirem a próxima fase do PNMA.
- ◇ Os municípios devem ser “puxados” para a coordenação das CTTE's no período de transição de governos.
- ◇ Discutir a descentralização florestal. A discussão sobre a Gestão Florestal poderia ter avançado nas CTTEs.
- ◇ Chamar os Ministérios Públicos e outros atores para participarem da discussão de determinados temas pode evitar conflitos e intervenções no futuro.
- ◇ Realizar videoconferências como forma de interlocução entre as CTTE's.
- ◇ FNMA deveria buscar recursos para o fortalecimento dos municípios na gestão ambiental.
- ◇ É uma das missões das CTTEs mostrar aos municípios os benefícios ambientais, sociais, econômicos e políticos decorrentes da gestão ambiental.
- ◇ Financiamento do Sistema – incompreensão nas tripartites quanto ao potencial da TCFA – constitui-se em uma grande chance de aportar recursos para gestão ambiental, sendo instrumento de resultado rápido.
- ◇ Necessidade do fortalecimento e implementação de importantes instrumentos econômicos como instrumentos de gestão ambiental.
- ◇ Dificuldade na compreensão do papel dos Consemas no SISNAMA.
- ◇ Recomposição dos Conselhos, incluindo maior representação dos municípios.
- ◇ Fortalecimento da ANAMMA.
- ◇ Auxílio do MMA para aparar arestas entre os entes.
- ◇ Seminário retrata a realidade das tripartites - o momento interessante para avaliação do papel das CTTE's como um instrumento de Gestão.

Ao final dos debates os representantes da ABEMA, ANAMMA e MMA, que compunham a mesa, fizeram seus comentários sobre os relatos e sugestões.

- ◇ CTTE não deve substituir nenhum outro fórum.
- ◇ É natural a CTTE propor questões aos conselhos.
- ◇ Sensibilizar outros atores em relação às propostas das CTTEs é angariar apoio nas votações do próprio Consema.
- ◇ Deve-se ver com cautela a participação do Ministério Público, ONGs e outros atores nas reuniões das tripartites.
- ◇ Criar agenda prioritária nas CTTE's é fundamental para articulação das mesmas.
- ◇ Aproximação das CTTE's com os Consemas é importante e deve haver eventos e reuniões em comum.

- ◇ Formação de um GT para avaliar todas as questões levantadas no Seminário.

Na seqüência foram apresentadas, aos participantes, as páginas do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC), do Sistema de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima) e das Comissões Técnicas Tripartites, e lançada a “Carta de São Paulo”, com as principais diretrizes para as Comissões no próximo período.

A Carta de São Paulo foi elaborada por representantes da ABEMA, ANAMMA e MMA, e discutida com todos os presentes, tendo sido consensuado o conteúdo final.

Ao encerrar o evento, o Secretário Executivo do MMA, Cláudio Langone, falou sobre as dificuldades do setor ambiental em reconhecer a sua força - é necessário reconhecer os avanços conseguidos nos últimos anos e a dimensão da força do setor ambiental. Ressaltou que os desafios são menores do que todo o processo de construção do SISNAMA já percorrido, apesar dos ataques de setores econômicos à política ambiental, enfatizando que não é possível pensar em estratégia de desenvolvimento sem pensar na inserção da variável ambiental. Finalizou dizendo que o SISNAMA tem que dialogar com todos os atores, mas a alma do sistema é o Governo.

CARTA DE SÃO PAULO

I SEMINÁRIO NACIONAL DAS COMISSÕES TÉCNICAS TRIPARTITES Construindo a Gestão Ambiental Compartilhada

Os membros da Comissão Tripartite Nacional, Comissões Técnicas Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal, reunidos em São Paulo, nos dias 29 e 30 de agosto de 2006, no I Seminário Nacional das Comissões Técnicas Tripartites com o objetivo de avaliar o processo de implementação das comissões e definir estratégias comprometidas com a continuidade das mesmas nos próximos anos, concluiu que a realização do mesmo causou alto grau de satisfação e importância para os órgãos ambientais, por se tratar de um avanço na implementação da Política Nacional de Meio Ambiente e no fortalecimento do SISNAMA, que completará 25 anos no dia 31 de agosto.

Enfatizou-se a importante decisão do Conselho Nacional de Meio Ambiente na estruturação do Sistema por meio da Resolução CONAMA nº 237/97, como marco regulatório estruturante de uma Política Nacional de descentralização da Gestão Ambiental.

Foram apresentadas avaliações da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, da Associação Nacional dos Organismos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA e do Ministério do Meio Ambiente – MMA, compartilhando as diferentes experiências das Comissões Estaduais – destacando as dificuldades enfrentadas, avanços alcançados e propostas para fortalecimento e consolidação da Comissão Tripartite Nacional, Comissões Técnicas Tripartites Estaduais - CTTEs e a Bipartite do Distrito Federal.

Assim, considerando que as Comissões Tripartites são essenciais na implementação efetiva da Política Nacional de Meio Ambiente, o seminário concluiu que:

- Há urgência no encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar para regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal, com a devida articulação visando a sua aprovação;
- É necessário discutir o aperfeiçoamento da política e dos instrumentos de financiamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, buscando sua sustentabilidade;
- As Políticas Estaduais de Descentralização do Licenciamento Ambiental devem ser acordadas nas Comissões Técnicas Tripartites e encaminhadas para deliberação junto aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;
- Há necessidade de maior entrosamento entre as CTTEs visando o compartilhamento de experiências, e destas com as instâncias do SISNAMA e com outros atores importantes na formalização de instrumentos regulatórios e de planejamento;
- O fortalecimento das Comissões e o estabelecimento de uma agenda de temas prioritários são estratégias de construção da gestão ambiental compartilhada;
- É necessário consolidar o processo de rotatividade das coordenações das CTTEs e o caráter de consenso no processo decisório.
- É fundamental consolidar a Comissão Tripartite Nacional, as Comissões Técnicas Tripartites Estaduais e a Bipartite do Distrito Federal como instâncias institucionais permanentes do SISNAMA.

São Paulo, 30 de agosto de 2006.